

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Contábeis Regulatórias

# **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2016

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Araraquara Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Araraquara Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Araraquara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.803	16.704
Concessionárias e permissionárias	8	3.153	5.459
Adiantamentos a fornecedores		602	308
Impostos a recuperar		111	1.023
Estoque		763	993
Outros ativos circulantes		165	140
		<u>22.597</u>	<u>24.627</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	3.532	3.465
Outros ativos não circulantes		90	29
Imobilizado não vinculado à concessão		948	122
Imobilizado	9	214.121	222.417
Intangível	10	3.467	3.481
		<u>222.158</u>	<u>229.514</u>
		<u>244.755</u>	<u>254.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		274	517
Fornecedores - partes relacionadas	<b>22</b>	7	7
Financiamentos – terceiros	<b>11</b>	6.057	5.991
Impostos e contribuições sociais		432	662
Taxas regulamentares	<b>12</b>	1.445	1.964
Dividendos propostos	<b>14</b>	234	4.659
Outros passivos circulantes		548	468
		<b>8.997</b>	<b>14.268</b>
Passivo não circulante			
Financiamentos – terceiros	<b>11</b>	62.062	66.919
Outras contas a pagar com partes relacionadas	<b>22</b>	-	32
Outras provisões - compensação ambiental		1.269	1.106
Provisão para contingências	<b>13</b>	25.755	22.675
		<b>89.086</b>	<b>90.732</b>
Patrimônio líquido			
Capital social		167.191	167.191
Reserva de lucros		27.790	4.659
Reserva legal		1.720	490
Prejuízo acumulado		(50.029)	(23.199)
	<b>14</b>	<b>146.672</b>	<b>149.141</b>
		<b>244.755</b>	<b>254.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	<b>15</b>	21.891	21.719
Custo da operação	<b>16</b>	<u>(14.691)</u>	<u>(14.234)</u>
Lucro bruto		7.200	7.485
Despesas gerais e administrativas	<b>17</b>	(1.121)	(704)
Outras receitas / (despesas) operacionais	<b>18</b>	<u>752</u>	<u>4.745</u>
Lucro antes do resultado financeiro		6.831	11.526
Resultado financeiro	<b>20</b>	<u>(7.427)</u>	<u>(7.047)</u>
Receita financeira		2.682	2.188
Despesa financeira		(10.109)	(9.235)
Resultado antes dos impostos		<u>(596)</u>	<u>4.479</u>
Imposto de renda e contribuição social		(1.640)	(1.594)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<u><b>(2.236)</b></u>	<u><b>2.885</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.236)	2.885
Outros resultados abrangentes		-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>(2.236)</u></b>	<b><u>2.885</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Araraquara Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucro		Prejuízo acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)</b>	<b>167.191</b>	-	-	<b>(16.276)</b>	<b>150.915</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.885	2.885
Constituição da reserva legal	-	490	-	(490)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	4.659	(4.659)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(4.659)	(4.659)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>167.191</b>	<b>490</b>	<b>4.659</b>	<b>(23.199)</b>	<b>149.141</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.236)	(2.236)
Constituição da reserva legal	-	1.230	-	(1.230)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	23.131	(23.131)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(233)	(233)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>167.191</b>	<b>1.720</b>	<b>27.790</b>	<b>(50.029)</b>	<b>146.672</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>(596)</b>	<b>4.479</b>
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	6.662	6.208
Depreciação e amortização	8.750	7.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(52)
Provisão de contingências	3.080	2.655
Provisão para compensação ambiental	164	1.105
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	2.306	(2.395)
Estoques	230	(345)
Impostos a recuperar	912	(468)
Adiantamentos a fornecedores	(294)	105
Outros ativos	(118)	(92)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(242)	(97)
Tributos e contribuições sociais	(1.208)	169
Impostos pagos	(662)	(2.822)
Juros pagos	(5.677)	(5.930)
Taxas regulamentares	(519)	142
Outros passivos	81	106
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.869</b>	<b>10.584</b>
(Aquisição) baixa de imobilizado e intangível	(1267)	635
Títulos e valores mobiliários	(67)	-
<b>Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.334)</b>	<b>635</b>
Financiamentos pagos	(5.777)	(5.720)
Dividendos pagos	(4.659)	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(10.436)</b>	<b>(5.720)</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.099</b>	<b>5.499</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>16.704</b>	<b>11.205</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>17.803</b>	<b>16.704</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Araraquara”) é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH. A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo:

- (i) Linha de Transmissão Araraquara 2.
- (ii) Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara furnas.
- (iii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP.

#### **1.2. Receita Anual Permitida (RAP)**

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$15.463 (valor histórico) e será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$22.621 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 24.730 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **4.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.5. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

### **4.6. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.8. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.9. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.10. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

### Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

## **4.11. Fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante	<b>22.597</b>	<b>(19.452)</b>	<b>42.049</b>	<b>24.627</b>	<b>(19.885)</b>	<b>44.512</b>
Caixa e equivalentes de caixa	17.803	-	17.803	16.704	-	16.704
Concessionárias e permissionárias	3.153	-	3.153	5.459	-	5.459
Adiantamentos a fornecedores	602	-	602	308	-	308
Impostos a recuperar	111	-	111	1.023	-	1.023
Estoques	763	-	763	993	-	993
Ativo financeiro amortizável	a	(19.452)	19.452	-	(19.885)	19.885
Outros ativos circulantes	165	-	165	140	-	140
Ativo não circulante	<b>222.158</b>	<b>(47.735)</b>	<b>269.893</b>	<b>229.514</b>	<b>(28.295)</b>	<b>257.809</b>
Títulos e valores mobiliários	3.532	-	3.532	3.465	-	3.465
Ativo financeiro amortizável	a	(265.286)	265.286	-	(254.145)	254.145
Outros ativos não circulantes	90	-	90	29	-	29
Imobilizado não vinculado à concessão	948	-	948	122	-	122
Imobilizado	b	214.121	-	222.417	222.417	-
Intangível	b	3.467	37	3.481	3.433	48
<b>Total de ativos</b>	<b>244.755</b>	<b>(67.187)</b>	<b>311.942</b>	<b>254.141</b>	<b>(48.180)</b>	<b>302.321</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>8.997</b>	-	<b>8.997</b>	<b>14.268</b>	-	<b>14.268</b>
Fornecedores terceiros		274	-	274	517	-	517
Fornecedores partes relacionadas		7	-	7	7	-	7
Financiamentos com terceiros		6.057	-	6.057	5.991	-	5.991
Tributos e contribuições sociais		432	-	432	662	-	662
Taxas regulamentares		1.445	-	1.445	1.964	-	1.964
Dividendos propostos		234	-	234	4.659	-	4.659
Outros passivos circulantes		548	-	548	468	-	468
Passivo não circulante		<b>89.086</b>	<b>(17.158)</b>	<b>106.244</b>	<b>90.732</b>	<b>(24.981)</b>	<b>115.712</b>
Financiamentos com terceiros		62.062	-	62.062	66.919	-	66.919
Outras contas a pagar com partes relacionadas		-	-	-	32	-	32
Outras provisões - compensação ambiental		1.269	-	1.269	1.106	-	1.105
Provisão para contingências		25.755	-	25.755	22.675	-	22.675
Tributos diferidos	<b>c</b>	-	(17.158)	17.158	-	(24.981)	24.981
Patrimônio líquido		<b>146.672</b>	<b>(50.029)</b>	<b>196.701</b>	<b>254.141</b>	<b>(23.199)</b>	<b>172.341</b>
Capital social		167.191	-	167.191	167.191	-	167.191
Reserva de lucros		27.790	-	27.790	4.659	-	4.659
Reserva legal		1.720	-	1.720	490	-	490
Prejuízo acumulado	<b>d/e</b>	(50.029)	(50.029)	-	(23.199)	(23.199)	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>244.755</b>	<b>(67.187)</b>	<b>311.942</b>	<b>254.141</b>	<b>(48.180)</b>	<b>302.321</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	<b>d</b>	21.891	(10.920)	32.811	21.719	(11.386)	33.105
Custo da operação	<b>e</b>	(14.691)	(8.300)	(6.391)	(14.234)	(7.178)	(7.056)
Lucro bruto		7.200	(19.220)	26.420	7.485	(18.564)	26.049
Despesas gerais e administrativas		(1.121)	-	(1.121)	(704)	-	(704)
Outras receitas / (despesas) operacionais		752	-	752	4.745	-	4.745
Lucro antes do resultado financeiro		6.831	(19.220)	26.051	11.526	(18.564)	30.090
Resultado financeiro		(7.427)	-	(7.427)	(7.047)	-	(7.047)
Receita financeira		2.682	-	2.682	2.188	-	2.188
Despesa financeira		(10.109)	-	(10.109)	(9.235)	-	(9.235)
Lucro antes dos impostos		(596)	(19.220)	18.624	4.479	(18.564)	23.043
Imposto de renda e contribuição social	<b>c</b>	(1.640)	(7.612)	5.971	(1.594)	3.827	(5.421)
Lucro líquido do exercício		<b>(2.236)</b>	<b>(26.832)</b>	<b>24.595</b>	<b>2.885</b>	<b>(14.737)</b>	<b>17.622</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

### Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societário. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

#### e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	2.178	111
Aplicações financeiras	<u>15.625</u>	<u>16.593</u>
	<u><b>17.803</b></u>	<u><b>16.704</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - financiamentos	3.532	3.465
	<u><b>3.532</b></u>	<u><b>3.465</b></u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 9).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

### 8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	2.174	5.180
Vencidas até 30 dias	-	39
Vencidas até 60 dias	11	8
Vencidas até 90 dias	4	18
Vencidas até 120 dias	35	11
Vencidas até 180 dias	641	203
Vencidas há mais de 180 dias	423	134
	<u>3.287</u>	<u>5.593</u>
(-) PCLD	(134)	(134)
	<u><b>3.153</b></u>	<u><b>5.459</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2016:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(134)	(186)
Reversão	-	52
Adição	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(134)</b></u>	<u><b>(134)</b></u>



## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9. Imobilizado

#### 9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>246.222</b>			<b>126</b>	<b>246.348</b>	<b>126</b>	<b>(33.182)</b>	<b>213.166</b>	<b>221.756</b>
Terrenos	3.099	-	-	-	3.099	-	-	3.099	3.099
Edificações, obras civis e benfeitorias	82.733	-	-	23	82.756	23	(11.836)	70.920	74.020
Máquinas e equipamentos	159.741	-	-	100	159.841	100	(21.226)	138.615	144.019
Veículos	594	-	-	-	594	-	(105)	489	574
Móveis e utensílios	55	-	-	3	58	3	(15)	43	44
	<b>246.222</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>246.348</b>	<b>126</b>	<b>(33.182)</b>	<b>213.166</b>	<b>221.756</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>661</b>	<b>588</b>	<b>(168)</b>	<b>(126)</b>	<b>955</b>	<b>294</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>661</b>
Máquinas e equipamentos	4	78	-	(14)	68	64	-	68	4
Outros	657	510	(168)	(112)	887	230	-	887	657
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>661</b>	<b>588</b>	<b>(168)</b>	<b>(126)</b>	<b>955</b>	<b>294</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>661</b>
	<b>246.883</b>	<b>588</b>	<b>(168)</b>	<b>.</b>	<b>247.303</b>	<b>420</b>	<b>(33.182)</b>	<b>214.121</b>	<b>222.417</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9.2. Taxas de depreciação

	2016			2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Transmissão	5,81%	246.348	(33.182)	213.166
Administração	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	1	-	1
		<u>246.349</u>	<u>(33.182)</u>	<u>213.167</u>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2016 (Transmissão)

	<b>Material e equipamentos</b>
Edificações e benfeitorias	7
Máquinas e equipamentos	78
Veículos	-
Móveis e utensílios	-
Desenvolvimento de projetos	-
Material em depósito	300
Adiantamentos a fornecedores	203
	<b>588</b>

### 9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

<b>Imobilizado em curso operacional</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
Instalação dos alambrados CTEEP	Edificações, obras civis e benfeitorias	4
Construção de área coberta para SE Araraquara	Edificações, obras civis e benfeitorias	18
Placa Sm CPU 866, SM AC 2.2.2	Máquinas e equipamentos	68
kit resgatador	Máquinas e equipamentos	14
Cabo Flex 185mm Azul, Cabo Flex 185mm PTO	Máquinas e equipamentos	11
Powerbeam M-30 M5 PB-M5	Máquinas e equipamentos	3
Conversor de Fibra Optica FWH2-720R	Máquinas e equipamentos	4
Cadeira Presidente com braços com relex	Móveis e utensílios	3

### 9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2016

No exercício de 2016 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Intangível

#### 10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>3.446</b>	-	-	-	<b>3.446</b>	-	<b>(16)</b>	<b>3.430</b>	<b>3.433</b>
Servidões	3.426	-	-	-	3.426	-	-	3.426	3.426
Softwares	20	-	-	-	20	-	(16)	4	7
						-			
<b>Administração</b>	<b>51</b>	-	-	-	<b>51</b>	-	<b>(14)</b>	<b>37</b>	<b>48</b>
Softwares	51	-	-	-	51	-	(14)	37	48
						-			
	<b>3.497</b>	-	-	-	<b>3.497</b>	-	<b>(30)</b>	<b>3.467</b>	<b>3.481</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>3.497</b>	-	-	-	<b>3.497</b>	-	-	-	-

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Transmissão	3,90%	3.446	(16)	3.430
Administração	20,00%	51	(14)	37
		<b>3.497</b>	<b>(30)</b>	<b>3.467</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 11. Financiamentos

#### a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2016	2015
BNDES	01/2011	11/2028	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 2,21% a.a.	68.119	72.910
									<b>68.119</b>	<b>72.910</b>
Circulante									6.057	5.991
Não circulante									62.062	66.919
									<b>68.119</b>	<b>72.910</b>

Em 26 de janeiro de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$84.000 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este financiamento incidem juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), observada a seguinte sistemática:

Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo- TJLP, observada a seguinte sistemática:

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de novembro de 2012 e a última vencerá em 15 de outubro de 2028.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

(i) **Segue relação das garantias:**

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	5.944
2019	6.029
2020	6.116
2021 - 2029	43.973
	<u><b>62.062</b></u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 12. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	828	1.452
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	125	131
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	492	381
	<u><b>1.445</b></u>	<u><b>1.964</b></u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 13. Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>Ambientais</u>
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>22.675</b>
Atualização Monetária	3.080
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>25.755</b>

### Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	30.980	3.974
Ambientais	-	-
	<u><b>30.980</b></u>	<u><b>3.974</b></u>



## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$167.191 dividido em 167.191 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

#### c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	24.595	17.622
Absorção de prejuízo	-	(7.814)
Base para reserva legal	24.595	9.808
Reserva legal (5%)	1.230	(491)
Base de cálculo para os dividendos	23.131	9.317
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b>	<u><b>234</b></u>	<u><b>4.659</b></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 15. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	<b>23.646</b>	<b>23.451</b>
Receita rateio de antecipação	1.513	1.816
Receita de encargos de transmissão	23.704	22.192
Recuperação de PIS e COFINS	890	882
Receita de CCT	-	-
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.448)	(1.428)
Indisponibilidade de equipamentos	(13)	(11)
Deduções da receita operacional	<b>(1.755)</b>	<b>(1.732)</b>
PIS	(154)	(152)
COFINS	(709)	(704)
RGR	(591)	(586)
P&D	(209)	(234)
TFSEE	(92)	(56)
	<b>21.891</b>	<b>21.719</b>

### 16. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(2.877)	(2.756)
Material	(304)	(108)
Serviços de terceiros	(418)	(1.769)
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(21)
Seguros	(94)	(98)
Tributos	(41)	(3)
Depreciação e amortização	(8.719)	(7.813)
Gastos diversos	(2.204)	(1.666)
	<b>(14.691)</b>	<b>(14.234)</b>

### 17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(199)	(56)
Material	(6)	(25)
Serviços de terceiros	(366)	(467)
Arrendamentos e aluguéis	(86)	(78)
Provisão / reversão	(3)	52
Doações	()	-
Tributos	(5)	(111)
Depreciação e amortização	(10)	(3)
Outras	(446)	(16)
	<b>(1.121)</b>	<b>(704)</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 18. Outras (despesas) / receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	803	4.932
Tributos sobre a receita	(29)	(180)
Outras despesas	(22)	(7)
	<u><b>752</b></u>	<u><b>4.745</b></u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

### 19. Despesas de pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Pessoal – operação</b>		
Remuneração	(1.959)	(1.841)
Encargos	(602)	(597)
Despesas rescisórias	(14)	(30)
Benefícios	(297)	(275)
Outros	(5)	(13)
	<u><b>(2.877)</b></u>	<u><b>(2.756)</b></u>
<b>Pessoal - administração</b>		
Remuneração	(88)	(27)
Encargos	(27)	(11)
Benefícios	(30)	(18)
Outros	(54)	-
	<u><b>(199)</b></u>	<u><b>(56)</b></u>
	<u><b>(3.076)</b></u>	<u><b>(2.812)</b></u>

### 20. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	<u><b>2.682</b></u>	<u><b>2.188</b></u>
Receitas de aplicações financeiras	2.641	2.150
Outras	41	38
Despesa financeira	<u><b>(10.109)</b></u>	<u><b>(9.235)</b></u>
Juros sobre financiamentos	(6.691)	(6.218)
Outras	(3.418)	(3.017)
	<u><b>(7.427)</b></u>	<u><b>(7.047)</b></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.803	16.704
Títulos e valores mobiliários	7	3.532	3.465
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Concessionárias e permissionárias	8	3.153	5.459
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamentos	11	68.119	72.910
Fornecedores - terceiros		274	517
Fornecedores - partes relacionadas		7	7

#### 21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

### b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

### c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

### d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

### e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

#### 22.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores - partes relacionadas (i)	7	7
Contas a pagar	-	32

#### 22.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa aluguel (i)	86	78

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

### 23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.